



Requerimento de Informação nº , de 2013
(Do Sr. Ronaldo Caiado)

Solicita informações ao Sr. ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Ministro José Elito Carvalho Siqueira, sobre a denúncia de monitoramento, pela Agência Brasileira de Inteligência- ABIN, de movimento sindical ocorrido no Porto de Suape, localizado no Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 24, inciso V, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Ministro José Elito Carvalho Siqueira, o seguinte requerimento de informações:

1. Quem solicitou a deflagração da operação de monitoramento do movimento sindical no Porto de Suape? Quais os motivos apresentados pela autoridade solicitante da operação?
2. Considerando as competências que norteiam o *proceder* do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, qual(is) o(s) indício(s) objetivo(s) que levaram o órgão à conclusão de que uma movimentação sindical poderia ser enquadrada na definição de crise com potencialidade de gerar grave e iminente ameaça à estabilidade institucional (inciso II do art. 6º da Lei nº 10.683/03)?



3. Há registros de monitoramento, por parte do Gabinete de Segurança Institucional, de outras movimentações sindicais ocorridas no país desde 2011?
4. Em sendo negativa a resposta à indagação supra, pede-se detalhar a diferença existente entre a movimentação sindical no Porto de Suape, localizado no Estado de Pernambuco, em relação às demais.
5. Houve monitoramento das comunicações telefônicas travadas pelo Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (PDT-SP) e pelo Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos?

JUSTIFICATIVA

Consoante denunciado pela imprensa nacional, a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, ligada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, monitorou trabalhadores que teriam se unido politicamente ao Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, para pleitear alterações legislativas no texto da MP dos Portos.

De tão grave — **porquanto o episódio revela, à primeira vista, a utilização política do aparato estatal de inteligência contra manifestações de trabalhadores** —, o caso foi assim noticiado pelo jornal “O Estado de São Paulo”, na edição do dia 04/04/13¹:

“BRASÍLIA - O Palácio do Planalto montou uma operação para monitorar a movimentação sindical no Porto de Suape, em Pernambuco, principal ponto de tensão entre a presidente Dilma Rousseff e o governador Eduardo Campos (PSB). Coordenada pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e executada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a ação teve início há cerca de um mês.

¹ Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,abin-monitora-movimento-sindical-no-porto-de-suape-,1016803,0.htm>, acessado em 04/04/13, às 17h49.



Possível candidato à Presidência da República no ano que vem, Campos lidera o movimento opositor à medida provisória dos Portos, que, entre outras mudanças, retira a autonomia dos Estados de licitar novos terminais de carga. O governador pernambucano tem realizado uma série de reuniões com sindicalistas. Na pauta dos trabalhadores está, inclusive, a possibilidade de uma greve geral contra a medida.

A operação classificada como "Gerenciamento de Risco" foi desencadeada no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e tem como foco justamente essa possível greve geral. Por isso, o governo disparou a operação para monitorar mais de perto os passos dos estivadores e a sua capacidade de irradiar, a partir de Pernambuco, paralisações nos portos brasileiros, algo que poderá trazer alto desgaste político.

A ação envolve uma equipe de infiltrados no Porto de Suape e a produção de relatórios de inteligência repassados ao general José Elito Carvalho Siqueira, que tem a atribuição de compartilhar informações "sensíveis" com a Presidência da República. A prioridade dada ao caso repercutiu na rotina do trabalho da Abin: os agentes envolvidos passaram a ocupar uma sala separada na agência de inteligência.

Simultâneo. *A cronologia da operação é simétrica à movimentação política de Campos contra a MP dos Portos. No início de março, o governador se encontrou com a direção da Força Sindical. Na semana anterior, já tinha se reunido com a Intersindical Portuária de Pernambuco, composta pelos sindicatos dos Estivadores nos Portos; dos Trabalhadores Portuários; dos Arrumadores Portuários; e dos Conferentes de Carga e Descarga. Um governador do PSB, aliado de Campos também na oposição à MP, tem dito nos bastidores que o colega "pode parar o Brasil e o governo sabe bem disso".*

Um mês antes de deflagrada a operação em Suape, portuários de Santos chegaram a invadir um navio chinês para protestar contra a MP. O episódio, porém, não alterou a rotina do GSI. O maior porto brasileiro continuou a ser monitorado superficialmente pela inteligência do governo, "etiquetado" junto com os movimentos sociais na operação Mosaico - um painel eletrônico e atualizado diariamente com 700 cenários. As informações da Mosaico não são sigilosas e servem apenas para orientar a presidente e alguns ministros.



Embate público. Na semana passada, o governador de Pernambuco protagonizou um embate com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em audiência da Comissão Mista do Congresso que debatia a MP dos Portos. Campos chegou a sugerir a retirada do Porto de Suape da abrangência da MP, algo rechaçado pela ministra de Dilma.

Interesses. Enquanto o interesse de Campos é manter a prerrogativa de realizar, como governador, as licitações de novos terminais, o interesse dos trabalhadores é focado na perda do monopólio sobre a mão de obra habilitada a trabalhar nos portos. Trata-se de uma das mudanças mais radicais contidas na MP dos Portos.

Diante da iminente perda de força, os sindicatos logo se manifestaram de forma contrária às mudanças, em movimento capitaneado pela Federação Nacional dos Estivadores. Filiada à Força Sindical, a segunda maior central do País, a federação viu sua bandeira ser alçada a debate nacional quando o presidente da Força Sindical, o deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (PDT-SP), fez a oposição à MP. A medida ainda está sendo analisada pelas comissões do Congresso e precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.”

A situação, como se depreende da leitura da narrativa acima transcrita, é extremamente grave, pois sugere que a atuação do Gabinete de Segurança Institucional e da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN haja sido motivada com finalidade político-eleitoral.

Não se ignora, é importante frisar, a competência do Gabinete de Segurança Institucional para “prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional”². Todavia, a menos que se recorra a uma interpretação generosa das competências legais que baseiam a atuação dos órgãos de inteligência, não parece razoável supor que a ação de um grupo de trabalhadores, em associação a um Governador de Estado, possa ser juridicamente enquadrada na tipificação de “grave e iminente ameaça à instabilidade institucional”.

² Inciso II do art. 6º da Lei nº 10.683/03, que “dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”.



Ademais, não se pode perder de vista que o Governador do Estado de Pernambuco preside o Partido Socialista Brasileiro – PSB, sigla político-partidária que, como todos sabemos, integra a base de apoio do Governo Federal, o que adensa, a mais não poder, o juízo de total irrazoabilidade segundo o qual poderia ele, em conluio com um parlamentar federal e trabalhadores no setor de portos, estar gestando um movimento que desaguaria numa crise que pudesse levar à *“grave e iminente ameaça à instabilidade institucional”*.

Quando muito, a discussão legislativa da MP dos Portos poderá — e é isso que se avizinha — a um intenso debate entre os Poderes Executivo e Legislativo, o empresariado e a classe trabalhadora. Uma discussão, portanto, exigente de refinada habilidade política — como soe acontecer na maioria dos debates ocorridos no seio do Congresso Nacional —, a fim de que se possa conceber um marco regulatório que atenda aos anseios dos setores envolvidos. Donde a inexorável conclusão de que a utilização da estrutura estatal de inteligência para gerenciamento de supostos impasses gerados no ambiente político-legislativo (como indica a denúncia acima transcrita) revela um frontal vilipêndio ao Estado Democrático de Direito, demandando, como não poderia deixar de ser, pronta atuação das instâncias responsáveis pelo controle da atuação estatal, mais especificamente, do Poder Executivo.

A simultaneidade verificada entre a realização da operação de inteligência em comento e as movimentações políticas contrárias à MP dos Portos capitaneadas pelo Governador Eduardo Campos e por trabalhadores do setor desautoriza qualquer juízo de mera coincidência entre os fatos, o que reforça a suspeita de uso político do aparato estatal para sufocar movimentos contrários à referida proposta legislativa.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 2013.

Deputado RONALDO CAIADO
Líder do DEM